

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

EDITAL PMI Nº 001/2023

Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) por demanda induzida, para seleção de municípios no Estado de Minas Gerais, pertencentes a área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (PN1, PN2 e PN3), cujo interesse seja a elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão).

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba – CBH Paranaíba, por meio da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas – ABHA Gestão de Águas, Entidade Delegatária e Equiparada as funções de Agência de Água, considerando o Contrato de Gestão nº 035/2020/ANA e seus aditivos firmado com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA; considerando a Deliberação CBH Paranaíba nº 115, de 19 de agosto de 2020 que dispõe sobre mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, propõe as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e a Deliberação CBH Paranaíba nº 116, de 25 de novembro de 2020 que aprova o Plano de Aplicação Plurianual de 2021 a 2025 dos recursos originários da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, torna público o Edital de Demanda Induzida para seleção de municípios no Estado de Minas Gerais, pertencentes a área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, que sejam a Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba – PN1, a Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – PN2 e a Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3, para que formalizem junto à ABHA, conforme cronograma, o interesse na modalidade não reembolsável, para elaboração de projeto, cuja finalidade seja a recuperação ambiental de área degradada por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), visando à melhoria,



Hidrográfica – ABHA Gestão de Águas, é uma unidade executiva, com sede em Araguari – MG, sendo Entidade Equiparada às funções de Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, pela Deliberação nº 55 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (CERH-MG), e Entidade Delegatária das funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, pela Resolução nº 201 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

1.4. A ABHA é reconhecida como de Utilidade Pública Municipal pela Lei Ordinária nº 5.644/2015 do Município de Araguari – MG e qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), por intermédio do Processo MJ nº 08000.022779/2016-00, do Ministério da Justiça e Cidadania.

1.5. A missão da ABHA é de atuar com excelência na operacionalização da política de recursos hídricos definida pelos Comitês de Bacias Hidrográficas e, no que couber, pelos Órgãos Gestores, contribuindo para promover o equilíbrio entre o progresso dinâmico da sociedade e a sustentabilidade hídrica.

1.6. Pelo Contrato de Gestão nº 035/2020, formalizado com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, a ABHA reveste-se da atribuição de atender aos objetivos funcionais e operacionais do CBH Paranaíba, em atendimento ao Plano de Aplicação Plurianual dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

1.7. O Plano de Aplicação Plurianual para o período 2021-2025 (PAP 2021-2025), aprovado pela Deliberação CBH Paranaíba nº 116, de 25 de novembro de 2020, estabelece programa e ações voltadas para a gestão de resíduos sólidos, assim consignadas:

Componente: Finalidade 2 – Agenda Setorial

Programa 2.1: Recuperação da Qualidade da Água

Ação 2.1.4: Estudos, projetos ou obras para implantação, expansão ou adequação de sistemas para coleta, tratamento e disposição final dos resíduos



sólidos

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Para a implementação do Programa de “*Recuperação da Qualidade da Água*” com Ação voltada para “*Estudos, projetos ou obras para implantação, expansão e adequação de sistemas para coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos*”, justifica-se o presente Chamamento Público, com vistas à elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), promovendo impactos positivos, qualitativos e ou quantitativos, relacionados aos recursos hídricos, ecossistemas aquáticos e uso e ocupação do solo, em consonância com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

2.2. Promover a elaboração de projetos, demandados por municípios do Estado de Minas Gerais, no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, que sejam a Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba – PN1, a Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – PN2 e a Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3, que visem a desativação e a recuperação de áreas degradadas por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixões), promovendo impactos positivos, qualitativos e ou quantitativos, relacionados aos recursos hídricos, ecossistemas aquáticos e uso e ocupação do solo, bem como a destinação e disposição final adequada de resíduos sólidos.

2.3. Ao final do processo de seleção, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, por intermédio da ABHA, poderá, dentro dos limites orçamentários, financiar a elaboração de projetos dos municípios selecionados e hierarquizados. A elaboração dos projetos será realizada por empresa especializada, devidamente contratada por processo de licitação, obedecidas as disposições legais e normativas que regem a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.



3. DISPOSIÇÕES NORMATIVAS

3.1. Este processo de seleção apresenta vinculação com os seguintes instrumentos normativos do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e pelos preceitos de direito público:

- I.** Lei Federal nº 9.433/1997;
- II.** Lei Federal nº 12.305/2010;
- III.** Resolução ANA nº 53/2020;
- IV.** Deliberação CBH Paranaíba nº 116/2020, que aprova, ad referendum do Plenário, o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos originários da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, para o exercício de 2021 a 2025.

3.2. Podem habilitar-se à obtenção de recursos na modalidade não-reembolsável:

- I.** As pessoas jurídicas de direito público da administração direta e indireta dos municípios, que possuem suas sedes na área de abrangência da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba – PN1, da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – PN2 e da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3.

3.3. As áreas dos lixões objeto deste PMI deverão estar inseridos nos limites geográficos da bacia do rio Paranaíba e o proponente deverá informar a qual Unidade de Gestão Hídrica que o município está localizado.

3.4. Fica antecipadamente estabelecido que todo município interessado, deverá:

- I.** Considerar as decisões ou sugestões da ABHA sempre que as mesmas contribuírem na qualificação dos trabalhos;
- II.** Não se eximir do compromisso de orientação e esclarecimentos



adicionais quando da elaboração dos projetos;

- III. Estar ciente que não poderá elaborar seu projeto, podendo apenas acompanhar a elaboração realizada pela empresa contratada.

3.4. Os projetos a serem elaborados deverão obedecer rigorosamente às exigências contidas neste Procedimento de Manifestação de Interesse e caso não atendam a algum item do mesmo, serão desabilitados.

3.5. A posterior contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos sujeitar-se-á aos seguintes dispositivos:

- I. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores;
- II. Resolução ANA nº 122/2019;
- III. Resolução ANA nº 53/2020;
- IV. Contrato de Gestão nº 035/2020, ANA/ABHA.

4. PRINCÍPIOS

4.1. A elaboração de projetos por demanda induzida deverá observar os seguintes princípios:

- I. Apresentar ações que contribuam para uso racional, uso múltiplo e a melhoria/manutenção da qualidade e quantidade e a gestão dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;
- II. Apresentar no projeto, ações que visem a desativação e a recuperação de áreas degradadas (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixões), promovendo impactos positivos, qualitativos e ou quantitativos, relacionados aos recursos hídricos, ecossistemas aquáticos e uso e ocupação do solo, bem como a destinação e disposição final adequada de resíduos sólidos.

5. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS



5.1. Com fundamento no ordenamento jurídico brasileiro, o presente Procedimento de Manifestação de Interesse destina-se à seleção e a hierarquização de municípios, regendo-se pelos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como pela busca permanente de qualidade e durabilidade.

5.2. São obrigações dos municípios, em atendimento ao presente PMI:

- I.** Atender às exigências referentes ao processo de habilitação, descritas nesse Edital e seus anexos, apresentando a documentação requerida, assim como protocolar informações complementares, quando for o caso;
- II.** Cumprir com os prazos determinados;
- III.** Permitir à empresa contratada para elaborar os projetos, o acesso à área de disposição final de resíduos sólidos (lixão), bem como, a toda documentação e informações necessárias para o bom desempenho do trabalho.

6. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

6.1. Qualquer interessado, Pessoa Física ou Jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou, se julgar necessário, apresentar impugnação deste Procedimento de Manifestação de Interesse no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data de encerramento das inscrições.

6.2. O pedido de esclarecimento, providências ou impugnação deverá ser apresentado, por escrito, à Direção da ABHA, cabendo a esta prestar os esclarecimentos imediatamente, ou apreciar e decidir sobre o mérito da impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis após o recebimento da solicitação.

6.3. As manifestações ou recursos de cada Pessoa Jurídica em todos os



procedimentos se darão através de somente 01 (um) representante. Não será admitida a participação de um mesmo manifestante para mais de uma Pessoa Jurídica.

6.4. Acolhido o mérito da impugnação, as falhas apontadas serão corrigidas, designando-se nova data para a abertura e recebimento das inscrições.

6.5. Qualquer modificação neste processo, exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando justificada e, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas, que deverá ser comunicada a todos igualmente, com contra recibo de envio.

6.6. Serão cancelados ou refeitos apenas os atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

7. DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREA DEGRADADA – PRAD POR DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS A CÉU ABERTO (LIXÃO)

7.1. A metodologia para elaboração do PRAD, dependerá de cada município e da situação em que se encontra a área do lixão, além da capacidade de regeneração do ecossistema afetado, razão pela qual cada projeto deverá ser específico.

7.2. O PRAD deverá conter informações, diagnósticos, levantamentos e estudo que permitam determinar a natureza e a extensão da degradação da área e a consequente definição de medidas adequadas à recuperação.

7.3. A linguagem do PRAD deve ser, afirmativa, clara, objetiva e técnica e deverá possuir uma estrutura mínima, com as seguintes informações:

1. Introdução;



2. Justificativa;
 3. Objetivos;
 4. Informações Preliminares;
 5. Caracterização do imóvel onde se encontra o lixão;
 6. Diagnóstico ambiental simplificado, com a descrição dos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da área de entorno do lixão;
 7. Caracterização do meio e diagnóstico da área;
 - 7.1. Levantamento topográfico/cadastral com indicação de cursos d'água, poços ou cisternas e edificações existentes no entorno;
 - 7.2. Caracterização geológica/geotécnica e hidrogeotécnica da área;
 - 7.3. Levantamento fotográfico;
 8. Proposta de intervenção e metodologias:
 - 8.1. Técnicas de desativação e recuperação do lixão;
 - 8.2. Projeto de confinamento dos resíduos (recobrimento, reconformação geométrica de taludes e bermas);
 - 8.3. Sistema de drenagem pluvial, drenagem de chorume e drenagem de gás;
 - 8.4. Isolamento da área;
 - 8.5. Indicação de área de empréstimo de solo;
 - 8.6. Plano de revegetação;
 - 8.7. Plantas, cortes, vistas e detalhes importantes;
 9. Monitoramento;
 10. Restrições e uso futuro da área;
 11. Cronograma físico-financeiro;
 12. Referências.
 13. Elaboração de Termo de Referência para o Município contratar a execução das obras indicadas no PRAD.
- 7.4.** Quando do processo de licitação para contratação de empresa para elaboração do projeto, será disponibilizado Termo de Referência detalhando a estruturação em que o PRAD deve ser elaborado e apresentado.
- 7.5.** O PRAD e seus documentos deverão estar acompanhados de suas

devidas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART.

8. FASE DE SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS INTERESSADOS

8.1. A seleção dos municípios interessados será realizada em etapa única, com a apresentação da documentação que deverá ser encaminhada em meio digital, para o e-mail: abha@agenciaabha.com.br até às **23h59min do dia 16 de março de 2023.**

8.2. Quando do encaminhamento da documentação de seleção por meio digital, deverá ser informado no assunto do e-mail:

Assunto: **EDITAL PMI Nº 001/2023, DOCUMENTAÇÃO DE SELEÇÃO, INSERIR NOME DO MUNICÍPIO**

8.3. Os documentos requeridos quando não contiverem prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter datas de expedição anteriores a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da inscrição do município interessado.

8.4. A ABHA poderá solicitar a qualquer momento a entrega de documentos em vias físicas.

8.5. Os documentos exigidos com emissão por terceiros, quando em fotocópias, deverão estar devidamente autenticados em Cartório ou pelo Órgão Público emitente, ou dispensa conforme legislação específica.

8.6. O prazo para apresentação da Documentação de Seleção será encerrado, impreterivelmente, em **16 de março de 2023.**

DOCUMENTAÇÃO DE SELEÇÃO

8.7. A documentação requerida para seleção, a ser enviada por e-mail, deverá ser composta por:



- I.** Ficha de inscrição do município (ANEXO I), devidamente preenchida e assinada pelo representante legal do município;
- II.** Declaração de que está ciente de todas as exigências e regras deste Procedimento de Manifestação de Interesse (ANEXO II), assinada pelo representante legal do município;
- III.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do município;
- IV.** Cópia da carteira de identidade e do CPF do representante legal do município;
- V.** Documentos de posse do representante legal do município;
- VI.** Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com Efeito de Negativa) relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- VII.** Certificado de Regularidade do FGTS;
- VIII.** Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas;
- IX.** Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual (CDT);
- X.** Documento que comprove que o município está adimplente com relação à cobrança pelo uso de recursos hídricos relativa às outorgas que eventualmente possua, sejam elas estaduais ou federais;
- XI.** Declaração de que o lixão se encontra em Área de Domínio Público (ANEXO III);
- XII.** É vedada a concessão de recursos para municípios, cujas ações e intervenções se darão em decorrências de decisões judiciais com obrigação de fazer. Assim, deverá ser apresentada a Declaração de Inexistência de Decisão Judicial com obrigação de fazer (ANEXO IV);
- XIII.** Ficha de Dados Básicos do Município (ANEXO V);
- XIV.** Declaração de lixão desativado (ANEXO VI), somente para aqueles municípios em que o lixão se encontra desativado;
- XV.** Declaração de lixão em uso (ANEXO VII), somente para aqueles municípios em que o lixão se encontra em uso;
- XVI.** Ficha de Dados da Área de Disposição Final de Resíduos Sólidos a Céu Aberto – Lixão (ANEXO VIII)

- XVII.** Declaração sobre Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos (ANEXO IX);
 - XVIII.** Declaração de Continuidade (ANEXO X);
 - XIX.** Declaração de Participação em Consórcio Público (ANEXO XI);
 - XX.** Declaração sobre Coleta Seletiva (ANEXO XII);
 - XXI.** Deverá ser apresentado Relatório Fotográfico do lixão;
 - XXII.** Deverá ser apresentado documento fundiário da área do lixão ou documento que comprove que a área pertence ao município;
 - XXIII.** Deverá ser apresentado, se houver, Cadastro Ambiental Rural da área do lixão, no caso de estar localizado em zona rural;
 - XXIV.** Deverá ser apresentado, se houver, projetos, mapas, croquis ou levantamentos topográficos, que eventualmente já foram elaborados para a área do lixão.
- 8.8.** Poderá ser solicitado também, a apresentação do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN), nos casos em que a ABHA optar por realizar o repasse e a transferência de recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, através de instituição financeira, conforme Deliberação CBH Paranaíba nº 131, de 23 de junho de 2022.
- 8.9.** A ABHA terá um prazo de até 30 (trinta) dias para analisar a documentação de seleção, podendo, a seu critério, analisar em prazo inferior.
- 8.10.** Caso seja verificado, durante a análise dos documentos de seleção, que a documentação está incompleta, a ABHA poderá solicitar ao município a apresentação do documento faltante.
- 8.11.** A documentação será analisada e verificada, sendo eliminados os municípios não elegíveis ou com documentação incompleta, no caso de não atendimento ao item anterior (8.10).

8.12. Realizada a conferência da documentação, certificando-se a conformidade com as disposições deste PMI, será publicado o Resultado Preliminar de Seleção, no sítio eletrônico da ABHA, concedendo-se prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de eventual recurso. Caberá à Direção da ABHA apreciar e decidir sobre as razões recursais, também no prazo de até 03 (três) dias úteis, com posterior publicação do Resultado Final de Seleção.

8.13. Após a publicação do Resultado Final de Seleção, os municípios selecionados serão considerados habilitados e encaminhados para fase de hierarquização.

9. FASE DE HIERARQUIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

9.1. Para realizar a hierarquização dos municípios selecionados, a ABHA delineou critérios técnicos específicos, observando as particularidades deste Procedimento de Manifestação de Interesse.

9.2. Para isso será utilizada a Ficha de Dados Básicos do Município (ANEXO V). Cada critério de pontuação adotado tem metodologia de análise própria, conforme sua respectiva descrição. Os critérios C1, C3, C6, C8, C9 e C10 tem peso 2 devido à sua importância. Os critérios C2, C4, C5 e C7 tem peso 1. A nota será calculada pela fórmula apresentada a seguir:

$$H = (C1 \times 2) + (C2 \times 1) + (C3 \times 2) + (C4 \times 1) + (C5 \times 1) + (C6 \times 2) + (C7 \times 1) + (C8 \times 2) + (C9 \times 2) + (C10 \times 2)$$

9.3. A tabela apresentada a seguir justifica tecnicamente cada critério escolhido para hierarquização dos municípios.

Item	Hierarquização – H – Critérios	Pontos/Peso
C1	Município possui lixão desativado para ser recuperado	Máximo 10 / Peso 2
	Se o município possuir lixão que já está desativado, terá prioridade e será atribuída pontuação máxima com peso 2. O objetivo deste critério é priorizar a elaboração de PRAD em lixões que já não são mais utilizados, uma vez que as obras de recuperação podem se iniciar imediatamente após a conclusão da elaboração do PRAD. Pode indicar que o município já adotou sistema de destinação final de resíduos sólidos ambientalmente adequada. Para os municípios que ainda possuem lixão em uso, a pontuação atribuída será 0.	
C2	Município possui lixão em uso para ser recuperado	Máximo 10 / Peso 1
	Se o município possuir lixão que ainda está em uso, será atribuída pontuação máxima com peso 1. O objetivo deste critério é indicar que o PRAD pode ser elaborado para lixões que ainda são utilizados, no entanto, as obras de recuperação não poderão ser iniciadas enquanto sua desativação não for providenciada. Indica que o município ainda não adotou sistema de destinação final de resíduos sólidos ambientalmente adequada. Para os municípios que possuem lixão desativado, a pontuação atribuída será 0.	
	Município possui Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) elaborado	

Item	Hierarquização – H – Critérios	Pontos/Peso
C3	<p>Se o município possuir PGRS elaborado, terá prioridade e será atribuída pontuação máxima com peso 2. O objetivo deste critério é priorizar a elaboração de PRAD de lixões em municípios que já possuem o PGRS elaborado, pois esse plano contempla ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos, para que apenas os rejeitos sejam encaminhados à disposição ambientalmente adequada, além disso, ter o plano é condição necessária para que os municípios possam ter acesso aos recursos da União destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos. Caso o município não tenha PGRS elaborado, a pontuação atribuída será 0.</p>	Máximo 10 / Peso 2
C4	<p>População do município</p> <p>Número de habitantes do município, de acordo com o censo IBGE 2010. O município com menor contingente populacional entre os inscritos terá pontuação máxima e as demais notas serão calculadas de forma inversamente proporcional. Justifica-se a utilização deste critério, pois os municípios de menor população, são aqueles que apresentam maiores dificuldades e falta de condições técnicas e financeiras para elaboração de projetos desta natureza.</p>	Máximo 10 / Peso1
	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	

Item	Hierarquização – H – Critérios	Pontos/Peso
C5	<p>O IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões de desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Os índices foram extraídos do Atlas Brasil 2013, desenvolvido pelo PNUD/Fundação João Pinheiro/IPEA. De posse de todos os municípios selecionados, será atribuída pontuação máxima àquele município que apresentar menor valor do IDHM e para os demais, a pontuação será obtida de forma inversamente proporcional. Justifica-se a utilização deste critério, visando melhorar os indicadores de desenvolvimento humano do município.</p>	Máximo 10 / Peso 1
C6	<p>Continuidade</p> <p>Será avaliado, se após a elaboração do PRAD, o município selecionado, apresenta estratégias de continuidade para executar as ações e obras previstas no respectivo projeto. Será atribuída pontuação máxima com peso 2, àquele município que comprovar que possui condições para dar continuidade ao processo. Será atribuída pontuação 0, àquele município que não comprovar que possui condições para dar continuidade ao processo. Justifica-se a utilização deste critério, priorizar os municípios que possuem condições técnicas e financeiras para executar as ações e obras apontadas pelo PRAD, ou seja, dar continuidade no processo de desativação e recuperação do lixo.</p>	Máximo 10 / Peso 2
C7	<p>Município participa de Consórcio Público</p> <p>Se o município é integrante de consórcio público, que possua dentre das suas finalidades, a gestão de resíduos sólidos, será atribuída pontuação máxima. Se o município não participar de consórcio público será atribuída</p>	Máximo 5 / Peso 1

Item	Hierarquização – H – Critérios	Pontos/Peso
	<p>pontuação 0. Justifica-se a utilização deste critério, priorizar os municípios que integram consórcios públicos com finalidade de gestão de resíduos sólidos, pois essa é uma solução destinada a aperfeiçoar o planejamento e sua respectiva operacionalização, garantindo maior eficiência, eficácia, efetividade e com menor custo financeiro, frente aos grandes desafios que causam o entrave do setor de gestão de resíduos. Também, de acordo com art. 45 da Lei nº 12.305/2010, os consórcios públicos têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.</p>	
C8	Coleta Seletiva	Máximo 10 / Peso 2
	<p>Refere-se aquele município que possui coleta seletiva implantado. Aquele município que possuir coleta seletiva implantado receberá pontuação máxima. Aquele que não possuir coleta seletiva, receberá pontuação 0. Devido a importância desse indicador, receberá peso 2</p>	
C9	Indicação do projeto através do Comitê de Bacia Hidrográfica Afluente	Máximo 10 / Peso 2
	<p>Se o proponente do projeto for indicado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica Afluente, terá pontuação máxima. Àquele que não possuir indicação, terá pontuação 0. Devido a importância desse indicador, receberá peso 2. Justifica-se a utilização deste critério fomentar a integração entre o Comitê Federal, os Comitês Afluentes e a Agência de Bacia Hidrográfica, além de dar publicidade aos projetos e ações desenvolvidas.</p>	
	Bacia Crítica	

Item	Hierarquização – H – Critérios	Pontos/Peso
C10	Esse critério leva em consideração a localização geográfica do projeto em bacias e trechos de especial interesse para a gestão de recursos hídricos, sendo classificado quanto a sua criticidade em relação ao Balaço Hídrico qualitativo ou quantitativo, ou seja, as notas serão calculadas de acordo com a localização do projeto ser crítica ou não. Dessa forma, terão prioridades os proponentes localizados em região crítica.	Crítica: 10 Não crítica: 0 Peso 2

9.4. Para os critérios C1, C2, C3, C6, C7 e C8, os municípios deverão apresentar respectivamente, conforme indicado no item 8.7, a Declaração de lixão desativado (ANEXO VI), somente para aqueles municípios em que o lixão se encontra desativado; a Declaração de lixão em uso (ANEXO VII), somente para aqueles municípios em que o lixão se encontra em uso; a Declaração sobre Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos (ANEXO IX); a Declaração de Continuidade (ANEXO X); a Declaração de Participação em Consórcio Público (ANEXO XI); e a Declaração sobre Coleta Seletiva (ANEXO XII).

9.5. Para o critério C9, o município deverá apresentar documento do Comitê de Bacia Hidrográfica Afluentes (PN1, PN2 ou PN3), contendo indicação do município para participação nesse Edital.

9.6. A ABHA será responsável pela condução da hierarquização dos municípios, de acordo com os critérios anteriormente definidos.

9.7. A ABHA terá um prazo de até 30 (trinta) dias, após a divulgação do Resultado Final de Seleção, para realizar a hierarquização dos municípios, podendo, a seu critério, realizar em prazo inferior.

9.8. A ABHA poderá, nessa fase de hierarquização, solicitar ao município a complementação de informações e/ou apresentação de outros documentos.



Nesse caso, ocorrendo uma única vez, o município será notificado e concedido prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após o recebimento da notificação, para atendimento das pendências levantadas. Ressalta-se que se necessário, poderá haver suspensão do prazo da fase de hierarquização até o vencimento do limite para regularização.

9.9. O não atendimento ao estabelecido no item anterior (9.8) será de inteira responsabilidade do município, podendo-lhe ocasionar eliminação na fase de hierarquização.

9.10. Após a fase de hierarquização, será publicado o Resultado Final Preliminar, concedendo-se prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso por parte de qualquer município hierarquizado. Caberá à Direção da ABHA apreciar e decidir sobre as razões recursais também no prazo de até 03 (três) dias úteis, com a posterior publicação do Resultado Final Definitivo do processo.

9.11. O Resultado Final Definitivo, com toda a documentação pertinente, serão encaminhados à Câmara Técnica de Planejamento Institucional, à Câmara Técnica de Integração e ao Plenário do CBH Paranaíba para conhecimento.

9.12. No caso de empate, será considerado o município que possuir lixão desativado. Permanecendo o empate, será considerado aquele município que possuir maior pontuação no critério “População do Município”.

10. VALORES PREVISTOS DE CONTRATAÇÃO

10.1. Respeitados os valores destinados ao desenvolvimento do Plano de Aplicação Plurianual para o período 2021-2025 (PAP 2021-2025), aprovado pela Deliberação CBH Paranaíba nº 116, de 25 de novembro de 2020, que estabelece diretrizes para implementação do Programa de “*Recuperação da Qualidade da Água*” com Ação voltada para “*Estudos, projetos ou obras para implantação, expansão e adequação de sistemas para coleta, tratamento e disposição final de*



resíduos sólidos”, será disponibilizado o valor limite de até **R\$ 1.001.505,00** (um milhão e um mil e quinhentos e cinco reais) para a viabilização das ações originadas deste PMI.

10.2. A ABHA fará a contratação de empresa para elaboração do projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), respeitando o valor limite informado no item 10.1, contemplando os municípios na sua devida ordem de hierarquização, até o encerramento do recurso disponível para esta finalidade, conforme PAP 2021-2025.

10.3. A ABHA é reservado o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade dos recursos previstos.

10.4. Para efeito da contratação futura para execução das ações aprovadas, poderá a ABHA inserir na planilha orçamentaria para elaboração de cada projeto, o custo referente à análise técnica por parte de pareceristas, assim como o custo de acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem contratados.

10.5. Na eventualidade de se utilizar os acréscimos previstos no item anterior, os valores adicionais correspondentes não serão considerados para efeito da limitação estabelecida no item 10.1.

11. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. Conforme previsto nos itens 8 e 9, a ABHA será responsável pela seleção e hierarquização dos municípios, podendo se necessário, solicitar assessoramento técnico e jurídico, além de poder transferir para profissionais terceiros a atribuição de pareceristas para análise técnica. Ademais, por conveniência da ABHA, e ou dos gestores do Contrato de Gestão e do CBH Paranaíba, poderá haver a instituição de outro procedimento em substituição ao anteriormente referido.

11.2. A ABHA promoverá uma Reunião Online sobre este Procedimento, para esclarecimentos do processo de seleção e hierarquização, sobre os critérios utilizados e demais dúvidas que possam surgir dos municípios interessados. A reunião ocorrerá no dia 31 de janeiro de 2023, entre às 14h00min e 16h00min e o link de acesso será divulgado nas páginas eletrônicas e redes sociais da ABHA e do CBH Paranaíba.

11.3. Os municípios selecionados constituem-se estimativa de demanda e não se configura em compromisso de execução total ou parcial por parte da ABHA.

11.4. A publicação do resultado deste PMI, não implicará em direito à elaboração dos projetos para os municípios selecionados e hierarquizados, não cabendo a qualquer município o direito de ressarcimento de eventuais custos decorrentes deste PMI.

11.5. A ABHA poderá revogar este procedimento por razões de interesse e conveniência, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provação de qualquer pessoa, mediante ato fundamentado.

11.6. Os municípios não terão direito à indenização em razão da anulação deste PMI.

11.7. Os municípios que tenham interesse em participar deste Edital deverão apresentar a Declaração de Continuidade (ANEXO X), e informar que possuem recursos ou outras condições, enviando as respectivas dotações orçamentárias ou outros documentos que comprovem essa condição, para que os projetos elaborados sejam executados, sob pena, de inabilitação, caso a equipe técnica que irá analisar a documentação entender que os documentos enviados não são suficientes.

11.8. Após os processos de seleção e hierarquização, caso o município seja contemplado com a elaboração do projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão),

o mesmo deverá celebrar com a ABHA, o Termo de Cooperação Técnica. No ANEXO XIII se encontra a Minuta do Termo de Cooperação Técnica.

11.9. Os prazos de encaminhamento e protocolo de qualquer documento do processo poderão ser alterados, assegurados os interstícios mínimos aqui previstos para remarcação de novas datas.

11.10. O município deverá disponibilizar, quando solicitado, um canal de comunicação com a ABHA, a fim de subsidiar os trabalhos junto à empresa contratada para elaboração de seu projeto.

11.11. A empresa a ser contratada, conforme item 2.3, deverá realizar uma reunião técnica inicial com a Direção da ABHA e do município contemplado, para esclarecimentos e recomendações quanto à elaboração do projeto. Poderá ser discutida a possibilidade de modificação nos procedimentos metodológicos.

11.12. Ressalta-se que a comunicação e a publicação de atos relativos a este PMI deverão ter caráter educativo ou informativo, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem propaganda e ou promoção pessoal.

11.13. Os materiais, estudos e projetos gerados por este procedimento, serão entregues ao município e também à ABHA e ao CBH Paranaíba, de tal forma, que os direitos autorais a eles vinculados, com a observância da Lei Federal nº 9.610/1998, serão cedidos de forma definitiva à ABHA e ao CBH Paranaíba, podendo deles dispor para qualquer fim, independentemente de qualquer remuneração indenizatória.

11.14. A ABHA dará publicidade a todos os atos deste Procedimento de Manifestação de Interesse através de seu endereço eletrônico, www.agenciaabha.com.br

11.15. Dúvidas referente a este PMI poderão ser esclarecidas através do telefone (34) 3241-4849 ou pelos e-mails: abha@agenciaabha.com.br



11.16. Casos omissos serão resolvidos pela Direção da ABHA, com base nos comandos legais, regulamentos e normas técnicas que disciplinam a questão.

11.17. Fica eleito o Foro da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, para dirimir questões relativas ao presente Procedimento de Manifestação de Interesse.

12. CRONOGRAMA

Atividade	Responsável	Prazo final
Publicação do edital	ABHA	17 de janeiro de 2023
Reunião Online	ABHA	31 de janeiro de 2023
Período recursal (recursos e impugnações)	Municípios interessados	09 de março de 2023
Análise dos recursos e impugnações e divulgação do resultado	ABHA	14 de março de 2023
Apresentação dos documentos (Documentação de Seleção)	Municípios interessados	16 de março de 2023
Análise da documentação de seleção	ABHA	30 de março de 2023
Publicação do Resultado Preliminar de Seleção	ABHA	30 de março de 2023
Período recursal	Municípios interessados	05 de abril de 2023
Análise dos recursos	ABHA	11 de abril de 2023
Publicação do Resultado Final de Seleção	ABHA	11 de abril de 2023
Hierarquização dos municípios selecionados	ABHA	26 de abril de 2023
Publicação do Resultado Preliminar de Hierarquização	ABHA	26 de abril de 2023
Período recursal	Municípios interessados	02 de maio de 2023
Análise dos recursos	ABHA	05 de maio de 2023
Publicação do Resultado Final Definitivo	ABHA	05 de maio de 2023

12.1. Os prazos estipulados neste item poderão ser prorrogados pela ABHA com a devida antecedência e publicidade.



13. ANEXOS

13.1. Os anexos I ao XII, deverão ser redigidos e enviados em papel timbrado do município. O anexo XIII é apenas para conhecimento e não precisa ser enviado.

13.2. Os anexos mencionados neste Procedimento de Manifestação de Interesse serão publicados no site da ABHA em formato Word.

- a) Anexo I – Ficha de inscrição do município;
- b) Anexo II – Declaração de atendimento às exigências do edital;
- c) Anexo III – Declaração de área de domínio público;
- d) Anexo IV – Declaração de inexistência de decisão judicial com obrigação de fazer;
- e) Anexo V – Declaração de dados básicos do município;
- f) Anexo VI – Declaração de lixão desativado;
- g) Anexo VII – Declaração de lixão em uso;
- h) Anexo VIII – Ficha de dados da área de disposição final de resíduos sólidos a céu aberto – lixão;
- i) Anexo IX – Declaração sobre plano municipal de gestão de resíduos sólidos;
- j) Anexo X – Declaração de continuidade;
- k) Anexo XI – Declaração de participação em consórcio público;
- l) Anexo XII – Declaração sobre coleta seletiva;
- m) Anexo XIII – Minuta do Termo de Cooperação Técnica.

Araguari – MG, 17 de janeiro de 2023.

Hygor Evangelista Siqueira
Coordenador Técnico



ANEXO I

Papel timbrado do município

FICHA DE INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO		
Razão social:		CNPJ:
Endereço:		
Bairro:	Município:	CEP:
Bacia hidrográfica / unidade de gestão hídrica		
Nome do responsável legal:		CPF:
E-mail:		Telefone:
Nome do responsável técnico:		CPF:
E-mail e telefone:		Cargo:

Local, ____ de _____ de ____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

ANEXO II**Papel timbrado do município****DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL**

Eu, _____, responsável
legal do Município _____, CNPJ nº
_____, com endereço na
_____, declaro, sob as penas da Lei, que
estou ciente de todas as exigências e regras deste Procedimento de
Manifestação de Interesse (Edital PMI nº 001/2023), afirmando que o Município
atende plenamente todas as exigências do presente Edital.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local, ____ de _____ de _____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

DECLARAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO

Em cumprimento à exigência do Edital PMI nº 001/2023, para elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), através de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, declaro para os devidos fins que a área do lixão do município de _____ (*inserir nome do município*) com coordenada geográfica central Latitude ____° ____' ____" Longitude ____° ____' ____" (*especificar a coordenada geográfica do ponto central do lixão*), é Bem de Domínio Público sob a jurisdição deste município, conforme previsto no Código Civil Brasileiro, art. 98 e art. 99.

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações acima são verdadeiras.

Local, ____ de _____ de _____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO PREFEITO DO MUNICÍPIO

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL COM
OBRIGAÇÃO DE FAZER**

Em cumprimento à exigência do Edital PMI nº 001/2023, para elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), através de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, eu _____ (*inserir o nome do responsável legal do município*), portador do CPF nº _____, declaro que a participação do município _____ (*inserir nome do município*) neste edital, não decorre de processo em que houve Decisão Judicial com obrigação de fazer.

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações acima são verdadeiras.

Local, ____ de _____ de ____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

FICHA DE DADOS BÁSICOS DO MUNICÍPIO			
Município			
CNPJ			
Endereço			
Bacia Hidrográfica / Unidade de Gestão Hídrica		Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba / <i>informar se é PN1, PN2 ou PN3</i>	
Contato	Nome do responsável técnico		
	Telefone		
	E-mail		
C1	O município possui lixão desativado para ser recuperado	() sim – <i>Apresentar Anexo VI</i>	
C2	O município possui lixão em uso para ser recuperado	() sim – <i>Apresentar Anexo VII</i>	
C3	O município possui Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) elaborado	() sim () não	<i>Apresentar Anexo IX</i>
C4	População do município (habitantes) - Base IBGE 2010	<i>Informar o n° de habitantes de acordo com censo IBGE 2010</i>	
C5	IDHM 2010 – Base Atlas Brasil 2013	<i>Informar o IDHM de acordo com Atlas Brasil 2013</i>	
C6	Continuidade	<i>Apresentar Anexo X e documentos comprobatórios</i>	
C7	O município participa de Consórcio Público	<i>Apresentar Anexo XI</i>	
C8	O município possui coleta seletiva implantado	<i>Apresentar Anexo XII</i>	

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações acima são verdadeiras.

Local, ____ de _____ de _____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

DECLARAÇÃO DE LIXÃO DESATIVADO

Em cumprimento à exigência do Edital PMI nº 001/2023, para elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), através de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, eu _____ (*inserir o nome do responsável legal do município*), portador do CPF nº _____, declaro, que o município de _____ (*inserir o nome do município*), possui lixão desativado.

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações acima são verdadeiras.

Local, ____ de _____ de ____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

*** Se o município possuir lixão em uso, não preencher essa declaração.**

DECLARAÇÃO DE LIXÃO EM USO

Em cumprimento à exigência do Edital PMI nº 001/2023, para elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), através de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, eu _____ (*inserir o nome do responsável legal do município*), portador do CPF nº _____, declaro, que o município de _____ (*inserir o nome do município*), ainda possui lixão em uso.

A desativação do lixão está prevista para o mês de _____ do ano de _____.

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações acima são verdadeiras.

Local, ____ de _____ de _____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

*** Se o município possuir lixão desativado, não preencher essa declaração.**

FICHA DE DADOS DA ÁREA DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS A CÉU ABERTO (LIXÃO)		
Município		
CNPJ		
Endereço		
Bacia Hidrográfica / Unidade de Gestão Hídrica		Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba / <i>informar se é PN1, PN2 ou PN3</i>
Responsável pelo lixão	Secretaria	
	Nome do Técnico	
Contato	Telefone	
	E-mail	
Coordenadas geográficas do lixão	Latitude ____° ____' ____"	Longitude ____° ____' ____"
Zona de localização do lixão		() rural () urbana
Área do lixão (ha)		<i>Informar o tamanho da área do lixão</i>
Documentação fundiária		<i>Informações de domínio, matrícula, registro, livro, folhas, cartório, declaração de posse (anexar esses documentos)</i>
Cadastro Ambiental Rural (CAR)		<i>Informa, se houver, o número do CAR (anexar CAR)</i>
Área da reserva legal (ha)		<i>Informar, se houver, o tamanho da área de RL</i>

ITEM	SUBITEM	INFORMAÇÃO
Estrutura de apoio	Portaria, balança e vigilância	<i>Informar se existe e descrever</i>
	Isolamento físico (cercamento)	<i>Informar se existe e descrever</i>
	Isolamento visual	<i>Informar se existe e descrever</i>
Frente de trabalho	Compactação dos resíduos	<i>Informar se há compactação e a frequência</i>
	Recobrimento dos resíduos	<i>Informar se há recobrimento e a frequência</i>
Taludes e bermas	Dimensões e inclinações	<i>Informar se há taludes e bermas e se as dimensões e inclinações estão adequadas</i>
	Cobertura com solo	<i>Informar se há cobertura</i>
	Proteção vegetal	<i>Informar se há proteção vegetal</i>
	Afloramento de chorume	<i>Informar se há afloramento de chorume</i>

ITEM	SUBITEM	INFORMAÇÃO
Superfície superior	Nivelamento da superfície	<i>Informar se a superfície está nivelada</i>
	Homogeneidade da cobertura	<i>Informar se a cobertura está homogênea</i>
Estruturas de proteção ambiental	Impermeabilização do solo	<i>Informar se há impermeabilização do solo (descrever o sistema)</i>
	Drenagem de chorume	<i>Informar se há drenagem de chorume (descrever o sistema)</i>
	Tratamento de chorume	<i>Informar se há tratamento de chorume (descrever o sistema)</i>
	Drenagem de águas pluviais	<i>Informar se há drenagem de águas pluviais (descrever o sistema)</i>
	Drenagem de gases	<i>Informar se há drenagem de gases (descrever o sistema)</i>
Características da área	Proximidade de núcleos populacionais	<i>Informar a distância e o nome do núcleo populacional mais próximo</i>
	Proximidade de nascentes e corpos d'água	<i>Informar a distância da nascente e corpo d'água mais próximos</i>
	Área de preservação permanente	<i>Informar se o lixão se encontra em APP. Se não, informar a distância da APP mais próxima</i>
	Reserva legal	<i>Informar se o lixão se encontra em área de reserva legal. Se não, informar a distância da reserva legal mais próxima</i>
	Erosão	<i>Informar se na área do lixão há processos erosivos</i>
	Caracterização das águas subterrâneas	<i>Informar e anexar, se houver, caracterização das águas subterrâneas, bem como a profundidade do lençol freático na área do lixão</i>
	Caracterização geológica/geotécnica do solo	<i>Informar e anexar, se houver, a caracterização geológica/geotécnica do solo da área do lixão</i>
	Monitoramento	<i>Informar, se houver, monitoramento da área do lixão</i>
Outras informações	Presença de catadores	<i>Informar se há presença de catadores</i>
	Queima de resíduos	<i>Informar se já houve e/ou há queima de resíduos</i>
	Ocorrência de odores	<i>Informar se há ocorrência de maus odores</i>
	Presença de aves e animais	<i>Informar se há presença de aves e animais</i>
	Recebimento de resíduos de serviço de saúde	<i>Informar se há disposição de RSS</i>

ITEM	SUBITEM	INFORMAÇÃO
	Recebimento de resíduos industriais e/ou perigosos	Informar se há disposição de resíduos industriais e/ou perigosos (informar quais resíduos)
	Recebimento de resíduos volumosos	Informar se há disposição de resíduos volumosos (informar quais resíduos)
	Recebimento de resíduos da construção civil	Informar se há disposição de RCC
	Licença ambiental	Informar e anexar, se há licença ambiental/autorização. Se sim, qual tipo?
	Tempo de uso da área	Informar a quantidade de anos em que a área está sendo utilizada
	Uso futuro da área	Informar se há algum planejamento para uso futuro da área e qual atividade se pretende instalar, considerando as devidas restrições de uso

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações acima são verdadeiras.

Local, ____ de _____ de _____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

*** Anexar relatório fotográfico que demonstrem a atual situação do lixão, conforme os itens apresentados na tabela anterior.**

**** Anexar, se houver, projetos, croquis, mapas e outros documentos pertinentes.**

**DECLARAÇÃO SOBRE PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE
RESÍDUOS SÓLIDOS**

Em cumprimento à exigência do Edital PMI nº 001/2023, para elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), através de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, eu _____ (*inserir o nome do responsável legal do município*), portador do CPF nº _____, declaro, que o município de _____ (*inserir o nome do município*), _____ (*informar se possui ou não possui*) Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos.

Caso o município possua o Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, informar o link para acessá-lo.

Link: _____

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações acima são verdadeiras.

Local, ____ de _____ de ____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

DECLARAÇÃO DE CONTINUIDADE

Em cumprimento à exigência do Edital PMI nº 001/2023, para elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), através de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, eu _____ (*inserir o nome do responsável legal do município*), portador do CPF nº _____, declaro, que o município de _____ (*inserir o nome do município*), possui condições técnicas e financeiras para executar as ações e obras apontadas pelo PRAD, ou seja, têm condições de dar continuidade no processo de desativação e recuperação do lixão.

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações acima são verdadeiras.

Local, ____ de _____ de ____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

*** Informar e anexar comprovantes de previsões e dotações orçamentárias, convênios, emendas parlamentares e/ou outras fontes de recursos que o município dispõe ou disporá para dar continuidade no processo ou outros documentos comprobatórios.**

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO

Em cumprimento à exigência do Edital PMI nº 001/2023, para elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), através de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, eu _____ (*inserir o nome do responsável legal do município*), portador do CPF nº _____, declaro, que o município de _____ (*inserir o nome do município*), integra o Consórcio _____ (*inserir o nome do consórcio*).

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações acima são verdadeiras.

Local, ____ de _____ de ____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

* Anexar CNPJ do Consórcio, Lei Municipal que autorizou a participação do município no Consórcio.

** Se o município não participar de Consórcio, não preencher essa declaração.



DECLARAÇÃO SOBRE COLETA SELETIVA

Em cumprimento à exigência do Edital PMI nº 001/2023, para elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), através de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, eu _____ (*inserir o nome do responsável legal do município*), portador do CPF nº _____, declaro, que o município de _____ (*inserir o nome do município*), possui coleta seletiva implantada.

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações acima são verdadeiras.

Local, ____ de _____ de _____.

INSERIR NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

ANEXO XIII**MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA****TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº xxx/2023**

Termo de cooperação técnica nº xxx/2023 que entre si celebram a Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas – ABHA Gestão de Águas e o Município de xxxxxxxxxxxx, para realização conjunta de atividades vinculadas à Elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão).

A **Associação Multissetorial de Usuários De Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas – ABHA Gestão de Águas**, sediada na Rua Jaime Gomes, nº 741, Centro, Araguari/MG, CEP: 38.440-244, inscrita no CNPJ sob nº 06.536.989/0001-39, neste ato representada por seu **Diretor-Presidente**, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na cidade de xxxxxxxxxxxx, Estado de xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada simplesmente **ABHA** e o **Município de xxxxxxxxxxxx**, com sede de sua Prefeitura situada na Rua xxxxxxxxxxxx, nº xxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, cidade de xxxxxxxxxxxx, Estado de xxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxxxx, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu **Prefeito**, xxxxxxxxxxxx, inscrita no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx.

CONSIDERANDO que segundo o caput do artigo 225, da Constituição da República de 1988, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida,



impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei Federal nº 12.305;

CONSIDERANDO a Deliberação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba nº 116/2021, de 25 de novembro de 2020, que aprovou o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, para o exercício de 2021 a 2025;

CONSIDERANDO que o **MUNICÍPIO** participou do Procedimento de Manifestação de Interesse Edital PMI nº 001/2023, para seleção de municípios no Estado de Minas Gerais, pertencentes a área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (PN1, PN2 e PN3), cujo interesse seja a elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão) e foi selecionado e hierarquizado, sendo contemplado com a elaboração do objeto do referido Edital;

CONSIDERANDO que foi publicado o Ato Convocatório ABHA/PN nº xxx/2023 para contratação de Pessoa Jurídica, Consultoria Técnica Especializada na elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão) em municípios selecionados, localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, no Estado de Minas Gerais, o qual o Resultado de Seleção de Proposta foi adjudicado e homologado.

RESOLVEM celebrar o presente **Termo De Cooperação Técnica**, doravante denominado **TERMO**, que se regerá por todas as leis aplicáveis e, ainda, pelas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente **TERMO** o estabelecimento de mútua cooperação entre os **PARTÍCIPIES**, e a regulamentação das obrigações e deveres quanto à Elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão) do **MUNICÍPIO**, doravante designado simplesmente por **PROJETO**.

2. DA META

- 2.1. Os **PARTÍCIPIES** atuarão de forma compartilhada e integrada para o alcance da meta:
- 2.1.1. Elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão) do **MUNICÍPIO**;
- 2.1.2. Para alcançar a meta acima, o **MUNICÍPIO** deverá observar, durante a execução do contrato, às especificações constantes do Termo de Referência, referente ao Ato Convocatório ABHA/PN nº xxx/2023.

3. DAS RESPONSABILIDADES CONJUNTAS

- 3.1. Com vistas ao cumprimento do objeto deste **TERMO**, os **PARTÍCIPIES** prestarão assistência recíproca e promoverão o compartilhamento de informações e dados de que disponham e que sejam relacionados ao **PROJETO** a ser desenvolvido, observando as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento.

4. DAS RESPONSABILIDADES INDIVIDUAIS

- 4.1. Caberá a cada **PARTÍCIPE**, individualmente:



I. **MUNICÍPIO:**

- a) Receber e analisar o **PROJETO**, conforme previsto no Termo de Referência do Ato Convocatório ABHA;
- b) Receber o **PROJETO** e a validade deste para si, inclusive através de assinatura de Termo de Recebimento ao final da elaboração, no qual o **MUNICÍPIO** irá se comprometer a executar o **PROJETO**, observando todas as normas técnicas e ambientais, bem como o Termo de Referência, entregue pelo **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA** e pela **ABHA** ao fim das atividades do objeto deste **TERMO**;
- c) Designar, através de instrumento legal, que deverá ser entregue à **ABHA** em até 15 (quinze) dias após a data de assinatura deste **TERMO**, responsável pelo acompanhamento da elaboração do **PROJETO**, incluindo análise, fiscalização e aprovação, sendo obrigatória a nomeação de um gestor;
 - As informações mínimas do responsável que deve estar presente no documento de designação são: nome completo, cargo/função, telefone e e-mail.
- d) Emitir parecer técnico acerca da qualidade do **PROJETO** no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de recebimento, baseando-se no atendimento à legislação vigente, ao Termo de Referência e aos dados específicos do **MUNICÍPIO**. O parecer, assinado pelo responsável pelo acompanhamento, deverá aprovar ou solicitar modificações no **PROJETO** elaborado. Caso a emissão do parecer técnico mencionado não ocorra dentro do prazo de 15 (quinze) dias, no 16º (décimo sexto) dia será notificado o **MUNICÍPIO** para o seu devido cumprimento em novo prazo de 15 (quinze) dias corridos;

- e) Contribuir com o que for necessário para a elaboração do **PROJETO**, assim como pela interação com as equipes da **ABHA** e demais atores envolvidos;
- f) Permitir o acesso de técnicos da **ABHA** e da empresa contratada, às áreas e instalações do **MUNICÍPIO**, com vistas ao levantamento de dados e informações necessárias à elaboração do **PROJETO**;
- g) Comparecer às reuniões com a **ABHA** e, se for o caso, com a empresa contratada, para homogeneização das informações e esclarecimentos de dúvidas, quando convocado.

II. **ABHA**

- a) Realizar os processos licitatórios, bem como a contratação de empresa especializada para elaboração do **PROJETO** do **MUNICÍPIO**;
- b) Designar técnico(s) responsável(is) pelo acompanhamento e participação no processo de elaboração do **PROJETO**, contribuindo com o que for necessário para sua execução;
- c) Apoiar na elaboração do **PROJETO** de acordo com as melhores técnicas e critérios disponíveis;
- d) Acompanhar toda a elaboração do **PROJETO** e verificar possíveis falhas do processo, intervindo quando necessário pelos meios legais;
- e) Notificar o **MUNICÍPIO** do não cumprimento de prazos pactuados neste **TERMO**;
- f) Solicitar verificação acerca das cláusulas presentes, considerando as equipes efetivas em cada um dos **PARTÍCIPES**;
- g) Comunicar-se com o responsável pelo acompanhamento da elaboração **PROJETO** nomeado pelo **MUNICÍPIO**.

5. DA VIGÊNCIA



- 5.1. O presente **TERMO** vigorará por 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo único: O prazo deste **TERMO** poderá ser prorrogado mediante a celebração de termo aditivo para assegurar o integral cumprimento do objeto, desde que devidamente justificado, sendo o **MUNICÍPIO** responsável pelos custos de publicação do termo aditivo.

- 5.2. Este **TERMO** estará automaticamente extinto no momento da assinatura do Termo de Recebimento mencionado no item 4.1, inciso I, alínea “b”.

6. DA AUSÊNCIA DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS E CONTRAPARTIDA

- 6.1. O presente **TERMO** não envolve transferência de recursos financeiros entre os **PARTÍCIPIES**, visto que as despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, no que tange à competência de cada **PARTÍCIPE** e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias dos **PARTÍCIPIES**, nada podendo ser exigido um do outro, em conformidade com as responsabilidades assumidas neste instrumento e em eventuais termos aditivos.

- 6.1.1. O desempenho superveniente de atividades que eventualmente requeiram repasse ou transferência de recursos de um **PARTÍCIPE** a outro implicará na elaboração de instrumentos específicos, a serem aprovados pelos signatários do presente **TERMO**, observada a legislação em vigor.

- 6.2. Caberá a cada **PARTÍCIPE** prover o custeio ordinário de suas tarefas necessárias à consecução das atividades assumidas neste **TERMO**.

6.2.1. Caberá ao **MUNICÍPIO**, como **CONTRAPARTIDA**, executar as ações e obras necessárias de acordo com o **PROJETO** elaborado e seu respectivo Termo de Referência.

7. DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

7.1. A celebração de contrato entre os **PARTÍCIPIES** e terceiros, para a execução de serviços vinculados ao objeto deste **TERMO**, não acarretará a solidariedade direta, solidária ou subsidiária dos demais, bem como não constituirá vínculo funcional ou outro de qualquer natureza.

8. DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PARTÍCIPIES

8.1. Os **PARTÍCIPIES** se responsabilizam, cada um por sua parte, por quaisquer danos que porventura venham a ser causados, dolosa ou culposamente, por seus empregados ou prepostos, ao patrimônio da outra parte ou de terceiros quando da execução dos serviços previstos neste **TERMO**.

9. DE OUTRAS PARCERIAS

9.1. O presente **TERMO** não impede que os **PARTÍCIPIES** estabeleçam parcerias com quaisquer outras pessoas, físicas ou jurídicas, desde que não haja sobreposição de atribuições.

10. DA PUBLICIDADE

10.1. Toda e qualquer publicação e divulgação de resultados e produtos deste **TERMO** deverá conter menção expressa ao **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA**, à **ABHA** e ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único: Compete ao **MUNICÍPIO** realizar a necessária divulgação e publicidade do presente **TERMO** junto à comunidade local e à Câmara Municipal.

11. DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre os **PARTÍCIPIES**, podendo ser celebrado termo aditivo, se necessário.

12. DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1. As partes poderão denunciar ou distratar, por escrito e a qualquer tempo, e rescindir de pleno direito o presente **TERMO**, devendo ser imputadas as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditados os benefícios adquiridos no mesmo período.

12.2. Constitui motivo para rescisão deste **TERMO**, independentemente do instrumento de sua formalização, o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou das normas estabelecidas na legislação vigente pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

12.3. A denúncia deverá ser comunicada por escrito e mediante notificação prévia com 30 (trinta) dias de antecedência, somente produzindo efeitos a partir desta data.

12.4. A rescisão do **TERMO** deverá observar os princípios da ampla e prévia defesa e do contraditório.

13. DAS PENALIDADES

13.1. A parte que der causa à rescisão do presente **TERMO**, devido ao descumprimento de suas cláusulas, ou denunciar o mesmo, deverá



ressarcir a outra na totalidade dos recursos despendidos para a execução do objeto do presente, após prévio procedimento administrativo no qual deverá ser observado o contraditório de ampla defesa.

13.2. Caso o **MUNICÍPIO** não se manifeste acerca dos produtos elaborados, conforme item 4.1, inciso I, alínea “d”, por meio da emissão de parecer técnico do Responsável pelo Acompanhamento, após a notificação expressa neste **TERMO**, estará sujeito às seguintes penalidades:

13.2.1. Caso a emissão de parecer técnico não ocorra em até 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da notificação prevista no item 4.1, inciso I, alínea “d” pelo **MUNICÍPIO**, estará sujeito à advertência formal, por meio de nova notificação extrajudicial, por parte da **ABHA**.

13.2.2. Caso a emissão de parecer técnico não ocorra em até 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da notificação prevista no item 13.2.1 pelo **MUNICÍPIO**, o presente **TERMO** será rescindido unilateralmente.

Parágrafo único: No caso de rescisão do **TERMO**, pelos motivos expostos no item 13.2.2, o **MUNICÍPIO** deverá ressarcir à **ABHA** de todas as despesas ocorridas até a data da rescisão deste **TERMO**.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. Após a assinatura deste **TERMO**, deverá seu extrato ser publicado no Diário Oficial da União pelo **MUNICÍPIO**, até o quinto dia útil do mês subsequente a sua assinatura, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

15. DO FORO



15.1. Fica eleito o foro da cidade de Araguari, no Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer controvérsias que não sejam solucionadas entre os **PARTÍCIPIES**.

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento do presente **TERMO**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos **PARTÍCIPIES** e duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza os efeitos legais e jurídicos, em juízo ou dele.

Araguari, xx de xxxxxxxxxxxx de 2023.

xxxxxxxxxxx
Prefeito
Município de xxxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxx
Diretor Presidente
ABHA Gestão de Águas

Testemunhas

xxxxxxxxxxx
CPF: xxxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxx
CPF: xxxxxxxxxxxx

